



A Manipulação da Opinião Pública Pós 11 de Setembro¹

Bruno Nunes Kamogawa²

Instituto de Ensino Superior de Rio Verde/Faculdade Objetivo

RESUMO

A opinião pública americana, assustada com o atentado do 11 de setembro de 2001 e com possíveis ameaças ao país, apoiou qualquer medida na busca por segurança e retaliação ou até mesmo vingança a morte de milhares de pessoas no World Trade Center. Além disso, o orgulho da mais poderosa nação, que considerava inconcebível um ataque em solo norte-americano, foi evidentemente rompido assim como expostas suas fragilidades.

Em meio ao tumulto, medo e incerteza, grande parte dos norte-americanos acreditou e apoiou nas promessas de campanha de George W. Bush, que conseguiu se reeleger graças ao medo que grande parte da população tem de ver o seu modo de vida ameaçado.

Palavras – chave: opinião pública, manipulação e terrorismo

INTRODUÇÃO

"A política dos EUA é conseguir e apoiar governos democráticos e eliminar a tirania do nosso mundo. Lançaremos mão de armas quando for necessária". Esta frase, parte do discurso de posse, foi pronunciada por George W. Bush, logo após se reeleger presidente da maior potência mundial, dando continuidade à tentativa de expansão da influência americana no globo em nome da “defesa da democracia” e “luta contra o império do mal” (*Globo News – Em cima da hora*).

¹ Trabalho apresentado no DTS 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Rio Verde - GO – 30/05 a 01/06/2013

² – Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo; Especialista em Comunicação Social. Professor dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda. E-mail: bruno@faculdadeobjetivo.com.br



Ideais de justiça e liberdade, além da defesa do país, ostentados e repetidamente conclamadas por Bush são as únicas justificativas apresentadas para atos como a invasão do Iraque, violação dos direitos humanos, embargos econômicos, manipulação da opinião pública e ameaças a diversos países que se recusam a aceitar a intervenção e diretrizes americanas. Prática esta que vem sendo usada há muito tempo em relação a Cuba, Afeganistão, Haiti, Nicarágua, Vietnã, Chechênia, dentre outros. “As mesmas pessoas, as mesmas instituições, as mesmas políticas. É de se esperar que haja os mesmos resultados, se vocês quiserem pensar em como será a segunda fase da atual Guerra ao Terrorismo”, afirma Noam Chomsky. (*CHOMSKY, 2005:74*)

Apesar da crítica do autor a essa atitude, a mesma é apoiada por muitos profissionais como o editor da *New Republic*, onde argumenta que “os palestinos serão transformados em apenas mais uma nação esmagada, como os curdos ou os afegãos... e o problema palestino que está começando a ficar entediante será resolvido”. Essa opinião foi defendida ainda pelo ex-líder majoritário da Câmara, Dick Armey, que também deu uma suposta solução para o problema israelense-palestino, onde “todos os palestinos devem ir embora... Afinal, há muitos outros lugares no mundo, logo por que é que eles não se retiram, simplesmente?”.

Dessa forma, grande parte dos norte-americanos, amedrontados pelos atentados do 11 de setembro de 2001, apoiaram as medidas pouco ortodoxas do governo Bush, que em nome da proteção do país e em retaliação aos ataques em solo americano, conduziu uma contínua violação da constituição. Além disso, manipulou e restringiu o acesso as informações pelos meios de comunicação, contando ainda com a conivência de alguns com o objetivo de direcionar a opinião pública a favor destes atos.

Tal estratégia foi empregada para justificar a Guerra no Vietnã, que impediria o avanço do império russo e do comunismo, fato que deu início a cadeia de intervenções militares mal-sucedidas pelo mundo como no episódio do Líbano, Granada, Panamá, Somália, dentre outros.

Os crescentes índices de rejeição do governo Bush acarretados pelos conflitos no Iraque trazem outro aspecto negativo, o terrorismo interno ou de Estado, que em nome da segurança, viola os direitos de seus próprios cidadãos. José Arbex relata que “novas medidas adotadas pela administração Bush para restringir o acesso público a determinados tipos de informações governamentais, em nome da segurança, dispararam o alarme de cientistas, grupos de interesse público e cidadãos preocupados, que



prevêem descer um manto de segredo indiscriminado sobre o seu trabalho, assim como a obstrução de suas atividades” (ARBEX, 2003:131).

CONCEITOS DE OPINIÃO PÚBLICA

O conceito de opinião pública, baseado no senso comum, é definido como a expressão de um conjunto de crenças ou valores sobre determinado assunto ou fato. Em termos científicos, é muito difícil conferir-lhe um significado preciso.

Segundo Virginia Sedmann, citada por Harwood L. Childs:

“... opinião pública é, para nós, uma força ativa ou latente, derivada de um agregado de pensamentos, sentimentos e impressões pessoais, ponderados pelos vários graus de influência ou agressividade das opiniões individuais dentro do todo.” (CHILDS, 1976: 165).

Antecessor a uma definição do termo, gregos e romanos tinham inteira consciência da importância da opinião pública ou de massa. Na Idade Média, o termo “*Voz Populi, Vox Dei*,” ou “Voz do povo, voz de Deus” deixava bem clara a dimensão da influência popular e os cuidados com a mesma por parte dos governantes (idem, *ibidem*: 166).

Somente no século XVIII, que a ideia começou a ser analisado por escritores como Voltaire, Hobbes, Locke e Hume que reconheceram o poder da opinião pública. Segundo Harwood L. Childs:

*“... Hobbes falou no mundo como sendo governado pela opinião; Lock considerou a opinião como uma das três categorias do direito; e Hume deu expressão à clássica afirmação de que ‘é somente na opinião que o governo se fundamenta; e esta máxima estende-se aos governos mais despóticos e militaristas, tanto quanto aos mais livres e populares’. Blaise Pascal referiu-se à opinião pública como ‘Rainha do Mundo’, ao que Voltaire replicou: ‘se a opinião é Rainha do Mundo, os filósofos governam a Rainha’” (idem, *ibidem*: 167).*

Neste mesmo período que antecede a Revolução Francesa, Rousseau realizou a primeira e minuciosa análise sobre o assunto e, recorrendo à tese da infalibilidade, afirmava que o desejo de todos é também o mais justo. Segundo Jean-Jacques Rousseau, “quem quer que se dedique à tarefa de legislar para um povo deve saber



como manejar as opiniões, e através delas governar as paixões dos homens” (idem, *ibidem*: 171).

Apesar do grande número de análises e discussões sobre o assunto durante a Revolução, nenhuma delas atribuía às massas as competências necessárias para governar. Segundo Hegel, “a opinião pública só devia ser respeitada quanto aos princípios essenciais nela contidos, e que cabia ao dirigente descobrir quais esses princípios essenciais” (idem, *ibidem*: 168).

Ao longo do tempo, formou-se um certo consenso sobre a importância da opinião pública como instrumento de controle social, a importância da imprensa para a formação da mesma e a influência da opinião pública sobre as diretrizes governamentais.

Em razão dos fatores que influenciam a formação da opinião pública e de seu papel na sociedade moderna, o controle e manipulação desta força despertaram o interesse de muitos. Segundo Monique Agruras, “A opinião pública é, declaradamente, uma alavanca na mão do demagogo. Daí em diante aparecerá um duplo aspecto: expressão genuína da vontade do povo e meio de manipulação desse povo” (FREITAS, 1984: 177-184).

OPINIÃO PÚBLICA E IMPRENSA

A imprensa exerce uma grande influência na formação da opinião pública, seja na abordagem de temas políticos, sociais, econômicos, dentre outros. Neste sentido, tem se manifestado frequentemente através de concepções divulgadas pelos veículos de comunicação, os quais também servem de porta-voz para as mesmas.

Desta forma, a história de desenvolvimento da opinião pública e da imprensa estão intrinsecamente ligados a formação de um Estado Moderno, com a liberdade de ideias e a criação de um público mais politizado. Segundo Aloysio Castelo de Carvalho, “entendida como manifestação política de uma sociedade civil em expansão, tendo por base a emergência da classe burguesa, a opinião pública tomou, naquele momento histórico, o sentido de combate aos segredos do Estado absolutista e da censura, com o fim de tornar transparentes os atos do governo” (CARVALHO, 2006).

Desta forma, nota-se que “a definição de opinião pública como interlocutora da sociedade foi acompanhada pelo surgimento de uma imprensa que exigia liberdade para exercer a fiscalização sobre o poder público” (idem, *ibidem*). Assim, a liberdade



de imprensa passou a ser requisito chave deste processo na busca por um maior aprofundamento nas questões públicas.

“A busca da verdade numa sociedade que incorporava os valores da razão e do progresso dependeria das garantias dadas à imprensa para que as informações pudessem ser livremente divulgadas, de modo que o confronto de opiniões constituísse a base para as decisões de governo” (idem, ibidem).

Nesta concepção publicista, a imprensa passa a condição de porta-voz da opinião pública, divulgando informações e debates sobre a nação. “Como canal de expressão da opinião pública, a imprensa deve ser livre para se manifestar. A liberdade de imprensa é considerada um valor central nessa concepção” (idem, ibidem).

Cientes desta ligação, governos autoritários, ao primeiro sinal de ameaça aos seus ideais, impõem de modo veemente a censura de forma direta ou indireta aos meios de comunicação. De acordo com Margarethe Born Steinberger, “... Estados poderosos podem ser levados a modificações em seus objetivos, quando submetidos a fortes pressões de opinião pública estimulada por organizações não-governamentais e meios de comunicação...” (STEINBERGER, 2005: 252).

Durante a Guerra Fria, jornalistas norte-americanos eram constantemente vigiados e censurados caso se constatasse algum tipo de atividade suspeita relacionada ao comunismo. Atualmente, o governo de George W. Bush, em nome da segurança nacional, ameaça de forma direta a liberdade de imprensa por meio de: 1) censura, falsificação ou omissão de informações consideradas sensíveis, porém sem classificação; 2) criação do Escritório de Influência Estratégica, responsável pela divulgação de falsas notícias, com o “propósito de enganar o inimigo”; pressões que, no limite, chegam à prisão, como foi o caso da jornalista do *The New York Times*, Judith Miller, por exercer o direito a proteção de sua fonte.

Segundo Perseu Abramo, na obra *Padrões de Manipulação da Grande Imprensa*, em uma análise crítica dos pontos negativos da grande mídia:

“... é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das ‘estratégias de mercado’ adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz ‘realidades’ parciais apresentadas como a totalidade no mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um ‘partido’ que, proclamando-se porta-voz e espelho dos ‘interesses gerais’ da



sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados” (ABRAMO, 2003:8).

Valendo-se deste artifício, o presidente norte-americano George W. Bush, na manipulação da mídia, através da complacência de alguns conhecidos veículos de comunicação e de artifícios tecnológicos, apresentou ao mundo uma guerra contra o terrorismo sem mortes de inocentes ou de soldados americanos durante este período. Desta forma, evitando a reprovação da opinião pública em relação aos seus atos, através da fabricação de uma amnésia mediante a rápida imposição de novas notícias, um eficaz instrumento de dominação.

OPINIÃO PÚBLICA NORTE-AMERICANA PÓS-11 DE SETEMBRO

O atentado terrorista do dia 11 de setembro de 2001 trouxe um sentimento de medo e revolta estadunidenses. A opinião pública e os órgãos de imprensa exigiam do governo de George W. Bush ações de proteção ao país, punição aos terroristas e até mesmo vingança por está tragédia.

Aproveitando-se deste momento, Bush conseguiu a reeleição para a Casa Branca com promessas de luta pela liberdade, contra o terrorismo e em defesa da “democracia”. Exacerbando ainda mais o temor de novos ataques, o governo contribuiu para o aumento das hostilidades contra árabes, muçumanos ou qualquer estrangeiro, especialmente em solo estadunidense.

Além disso, difundiu o estereótipo de que todo árabe é um potencial terrorista muçulmano que ameaça a democracia do país. Um engano comum nestes tempos de intolerância, onde ser de origem árabe não significa necessariamente seguir a doutrina islâmica, a qual não prega necessariamente a violência contra o próximo.

Em toda religião, como a católica, protestante e islâmica, dentre outras, originam-se grupos fundamentalistas, que, no geral, operam uma estreita imbricação entre seus princípios e outras esferas da atividade humana, como a ciência e, mais ainda, a política. Um exemplo disto foram os anos de Inquisição, quando católicos extremistas condenaram à fogueira quem não se converte ao cristianismo. Ou a Guerra dos Trinta Anos, quando o banho de sangue foi sacramentado por distintas ramificações do próprio cristianismo.



Em nome da “proteção do país” e contra o “eixo do mal”, Bush lançou uma ofensiva no Afeganistão e mais tarde no Iraque, em busca de Osama Bin Laden e contra países que supostamente apoiam o terrorismo. Em solo estadunidense, baseado nas mesmas justificativas, impôs restrições ao direito de acesso a informação, violou direitos civis, impôs censura a imprensa, divulgou falsas notícias a fim de mascarar a verdade, aumento os poderes do FBI e CIA, dentre outros.

A reprovação do governo Bush pela opinião pública atingiu altos índices, agravados pela morte de soldados americanos e pelas torturas cometidas nas prisões de Guantánamo e Abul Ghraib. Segundo Arbex, “... a brutalidade e a arrogância de Bush não são resultado de sua força. Ao contrário, demonstram que o grau de contradições internas (políticas, econômicas, sociais, culturais) atingiu tal envergadura que, hoje, as tendências imperialistas já não conseguem conviver pacificamente com a república” (ABERX, 2003:135-136).

Expressão deste conflito e total descontentamento da opinião pública norte-americana foi o manifesto publicado pelo jornal *The New York Times*, em 23 de janeiro de 2005, contras as transgressões do governo de George W. Bush.

NÃO EM NOSSO NOME!

Que jamais se diga que nada se fez nos Estados Unidos quando o governo americano declarou uma guerra sem fim e instituiu medidas de repressão draconianas.

Os signatários deste manifesto convocam os cidadãos dos Estados Unidos a resistir a estas novas medidas e à política global levada depois de 11 de setembro de 2001 e que representam graves perigos para todos os cidadãos do mundo inteiro.

Nós consideramos que as pessoas e as nações têm o direito a determinar o seu próprio destino, livres de qualquer coerção militar das grandes potências. Consideramos que todas as pessoas, detidas ou perseguidas pelo governo dos Estados Unidos, devem ter os mesmos direitos. Consideramos que, perguntar, criticar, e discordar são atitudes que devem ser valorizadas e protegidas.

Consideramos que as pessoas com consciência devem assumir a responsabilidade das ações dos seus governos e, perante todos, devemos opor-nos às injustiças cometidas em nosso nome. Convidamos os cidadãos dos EUA a resistir à guerra e à repressão que foi lançada sobre o mundo pela administração Bush. Ela é injusta, imoral e ilegítima. Decidimos fazer causa comum com os povos do mundo.



Nós também nos chocamos com os acontecimentos terríveis de 11 de setembro de 2001. Também nós lamentamos a morte de milhares de inocentes e assistimos com horror e incompreensão as cenas do massacre - lembrando-nos de cenas semelhantes em Bagdá, no Panamá e, há uma geração atrás, no Vietnã. Como milhões de americanos angustiados também nós nos perguntamos como uma coisa assim pode acontecer.

No entanto, mal o luto havia começado e os mais altos dirigentes do país já desencadeavam o espírito de vingança. Tornaram pública uma mensagem simplista opondo "o bem" e "o mal" que as mídias complacentes e intimidadas divulgaram.

Disseram-nos que perguntar porquê tais acontecimentos terríveis aconteceram aproximava-se perigosamente de traição. Não houve nenhum debate. Não havia, por definição, nem questão moral, nem questão política. A única resposta possível devia ser a guerra fora das fronteiras e a repressão dentro do país.

Em nosso nome, o governo do Sr. Bush, fortalecido pela quase unanimidade do Congresso americano, não somente atacou o Afeganistão, mas ainda se arrogou o direito, assim como a seus aliados, de impor a força militar em todo lugar e em qualquer momento.

As repercussões brutais disso se fizeram sentir das Filipinas à Palestina, onde os tanques e os bulldozers deixaram um terrível rastro de morte e destruição. O governo se prepara agora para levar uma guerra total contra o Iraque, país que não tem ligação com os horrores de 11 de setembro de 2001. Que espécie de mundo surgirá se o governo dos Estados Unidos tem carta branca para enviar comandos, assassinos e bombas para onde quiser (...)? A dita lei "Patriotic Act" assim como toda uma série de medidas semelhantes tomadas em nível de Estado concedem à polícia enormes poderes de investigação e de prisão sob o controle teórico de procedimentos judiciais secretos realizados em tribunais secretos.

Em nosso nome, o poder executivo tem sistematicamente usurpado os papéis e as funções de outras instituições governamentais. Tribunais militares com processos duvidosos, nos quais os acusados não têm o direito de exigir um processo civil, foram instaurados por simples decreto. Grupos são etiquetados como "terroristas" por uma canetada presidencial (...)

O Presidente Bush declarou: "Ou você está conosco ou você está contra nós." Eis a nossa resposta: nós lhe recusamos o direito de falar em nome de todos os americanos. Não abandonaremos jamais nosso direito ao questionamento e á crítica.



Nós não lhes entregaremos nossa consciência em troca de promessas de segurança que soam vazias. Nós declaramos: "Não em nosso nome!"

Nós nos recusamos a participar de qualquer modo nestas guerras e repudiamos toda suposição de que tais guerras são levadas em nosso nome e para o nosso bem. Estendemos a mão àqueles que, no mundo todo, sofrem por causa dessa política: mostraremos nossa solidariedade com palavras e atos.

Ao assinar este manifesto, convocamos todos os americanos a se juntarem ao nosso desafio. Aplaudimos e encorajamos os atos de crítica e de protesto que acontecem atualmente, sabendo que serão preciso ainda muitos mais para parar esta engrenagem infernal. Nos inspiramos nos reservistas israelenses que, à custa de enormes riscos pessoais, declaram que "há de fato um limite" e se recusam a servir nos territórios ocupados e em Gaza. Nos inspiramos da mesma forma nos inúmeros exemplos de resistência e de "objeção de consciência" de que o passado dos Estados Unidos está cheio: desde os que lutaram contra a escravidão através da rebelião e nas redes clandestinas de fuga até aqueles que se levantaram contra a guerra do Vietnã recusando-se a obedecer ordens, recusando o recrutamento e juntando-se solidariamente aos que resistiam.

Não permitamos que todos no mundo que nos olham se desesperem com nosso silêncio e nossa falta de reação. Em lugar disso, que o mundo ouça nossa promessa: nós resistiremos à engrenagem da guerra e da repressão e nos uniremos a todos os que queiram agir para parar esta engrenagem. (idem, ibidem: 136-139).

Manifesto assinado nos EUA por 4 mil pessoas dentre as quais, Susan Sarandon (atriz); Robert Altman (diretor de cinema); Gore Vidal (escritor); Jane Fonda (atriz); Oliver Stone (diretor de cinema); Michael Albert; Laurie Anderson; Edward Asner (ator); Rosalyn Baxandall (historiadora); Russell Banks (escritor); Jessica Blank (atriz e dramaturga); Danny Glover (ator); Angela Davis; Medea Benjamin (Global Exchange); William Blum (escritor); Theresa Bonpane; Fr. Bob Bossie (SCJ); Leslie Cagan; Henry Chalfant (cineasta); Bell Chevigny (escritor); Paul Chevigny (professor de Direito); Noam Chomsky (político e linguista); Robbie Conal (pintor); Stephanie Coontz (historiadora); Kimberly Crenshaw (professora de Leyes); Kia Corthron (dramaturga); Kevin Danaher (Global Exchange); Ossie Davis (ator); Mos Def (músico); Carol Downer (diretora do Centro Feminista de Saúde da Mulher); Eve Ensler (dramaturga); Leo Estrada (professor da UCLA); John Gillis (escritor); Rutgers Jeremy Matthew



Glick (editor de *Another World Is Possible*); Suheir Hammad (escritor); Rakaa Iriscience (intérprete de hip hop); David Harvey (geógrafo); Erik Jensen (ator e dramaturgo); Casey Kasem Robin D.G. Kelly; Martin Luther King III; Barbara Kingsolver; C. Clark Kissinger (*Refuse and Resist!*); Jodie Kliman (psicóloga); Yuri Kochiyama; Anisette & Thomas Koppel (cantores e compositores); Dave Korten (compositor); Tony Kushner (dramaturgo); James Lafferty (director executivo da National Lawyers Guild em Los Angeles); Rabbi Michael Lerner (editor de *TIKKUN Magazine*); Barbara Lubin; Anuradha Mittal (co-director do Institute for Food and Development Policy/Food First); Malaquíás Montoya (artista plástico); Robert Nichols (escritor); Rev. E. Randall Osburn (vice-presidente da Southern Christian Leadership Conference); Grace Paley; Jeremy Pikser (guionista de cinema); Juan Gómez Quiñones (historiador); Michael Ratner (presidente do Center for Constitutional Rights); Adrienne Rich (poeta); Boots Riley (artista de hip hop); David Riker (cineasta); Edward Said (professor universitário); Starhawk Michael Steven Smith (National Lawyers Guild); Bob Stein (publicista); Gloria Steinem; Alice Walker; Naomi Wallace (dramaturga); Rev. George Webber (presidente emérito do NY Theological Seminary); Leonard Weinglass (advogado); John Edgar Wideman; Saul Williams (declamador) e Howard Zinn (historiador).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Lutas sociais na nova (des)ordem: o 11 de setembro e após**. Revista Puc Viva nº 15, 2001-2005.

AUGRAS, Monique. **Opinião Pública**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1978.

BARBER, Benjamin R. **Império do Medo: Guerra, Terrorismo e Democracia**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias Silenciadas**. São Paulo, Edusp, 2002.



CARVALHO, Aloysio Castelo de. **De contrapeso ao poder a porta-voz da sociedade.** In. Observatório da Imprensa, São Paulo, 2006.

CHILDS, Harwood L. **Opinião pública e controle social.** In: Relações públicas, propaganda e opinião pública. Rio de Janeiro, FGV, 1976.

CHOMSKY, Noam. **Poder e Terrorismo.** Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

CLARKE, Ricard A. **Contra Todos Os Inimigos.** São Paulo, Editora Francis, 2004.

FARHAT, Said. **O fator opinião pública, como se lida com ele.** São Paulo, T.A. Queiroz Ltda, 1992.

FREITAS, Sidinéia Gomes. **Opinião Pública. In: Revista Comunicarte.** Campinas, v. 2, n. 4, p. 177-184, 1984.

HALIMI, Serge. **Democracia e Desigualdade.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo.** São Paulo, Edusp, 2001.

MARX, Karl. **A Liberdade de Imprensa.** Porto Alegre-RS, L&YM, 2001.

NYE JR., Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano.** São Paulo, Editora Unesp, 2002.

RICARDO, Sílvia; SUTTI, Paulo. **As diversas faces do Terrorismo.** São Paulo, Editora Harbra, 2003.

SADER, Emir. **A vingança da História.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos Geopolíticos da Mídia.** São Paulo, Educ, 2005.